

# OBSERVARE 1<sup>st</sup> International Conference

16 - 17 - 18 November, 2011

## I Congresso Internacional do OBSERVARE

16 - 17 - 18 Novembro, 2011

---

### INTERNATIONAL TRENDS and Portugal's Position



### AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS e a posição de Portugal

---

# Actas

Universidade Autónoma de Lisboa | Fundação Calouste Gulbenkian

<http://observare.ual.pt/conference>

## Discursos sobre a “religião ‘dos outros’” – análise comparada da imprensa europeia

Teresa Martinho Toldy  
Universidade Fernando Pessoa

**Palavras chave:** religião, identidade, política, media, exclusões

Os discursos e as práticas modernas relegaram a religião para o domínio privado e para o raciocínio individual. Contudo, apesar de a Modernidade ocidental ter criado o “mito” de que o desaparecimento ou a redução da religião à consciência individual contribuiria para a paz entre os povos, os contornos da re-apropriação política actual da religião parecem revelar outras realidades complexas: a religião é invocada por governos laicos para legitimar identidades culturais em conflito com outras identidades culturais ou para reagir às mesmas. Assistimos actualmente na Europa ao recrudescimento de discursos que enfatizam as “raízes judeo-cristãs” como forma de assinalar pertenças a outros credos religiosos (nomeadamente, ao Islão) como algo alegadamente “alheio ao espaço europeu”. As práticas políticas e legislativas em questões como a do véu islâmico ou a construção de mesquitas em cidades europeias referem frequentemente as raízes judeo-cristãs, ignorando ou reinterpretando uma presença islâmica na Europa durante séculos. Estes discursos parecem contribuir para reforçar a exclusão de grupos que são encarados como “diferentes”, “estranhos” ou simplesmente tolerados, senão recusados. Os meios de comunicação social fazem eco deste “diferendo” tanto nas suas notícias sobre “minorias” como nas informações que dão acerca dos discursos e práticas políticos já mencionados. Esta comunicação visa analisar a forma como os meios de comunicação produzem e reproduzem as referências à religião como modos de estabelecer “identidades não-comunicantes”. Para tal, analisar-se-á imprensa nacional e internacional, também com o objectivo de encontrar pontos de comparação: de facto, se estes tópicos são muito importantes em muitos países europeus, parecem permanecer silenciados (ou, no mínimo, em silêncio) nos meios de comunicação portugueses. A comunicação procurará compreender possíveis significados destas diferenças, tendo em conta a diversidade de contextos socioculturais.

**Teresa Martinho Toldy** – Doutorada em Teologia pela Philosophisch-Theologische Hochschule Sankt Georgen (Frankfurt). Licenciada e mestre em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa. Pos-doutorada pelo Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra. Professora Associada da Universidade Fernando Pessoa. Investigadora do CES. Co-coordenadora do Observatório para a Política da Diversidade Cultural e Religiosa na Europa do Sul (POLICREDOS), no CES. Publica na área da religião.

## Discursos sobre “A Religião ‘Dos Outros’” – Análise Comparada da Imprensa Europeia

Teresa Martinho Toldy

Os discursos e as práticas modernas relegaram a religião para o domínio privado e para o raciocínio individual. Contudo, apesar de a Modernidade ocidental ter criado o “mito” de que o desaparecimento ou a redução da religião à consciência individual contribuiria para a paz entre os povos, os contornos da re-apropriação política actual da religião parecem revelar outras realidades complexas: a religião é invocada por governos laicos para legitimar identidades culturais em conflito com outras identidades culturais ou para reagir às mesmas. Assistimos actualmente na Europa ao recrudescimento de discursos que enfatizam as “raízes judeo-cristãs” como forma de assinalar pertenças a outros credos religiosos (nomeadamente, ao Islão) como algo alegadamente “alheio ao espaço europeu”. As práticas políticas e legislativas em questões como a do véu islâmico ou a construção de mesquitas em cidades europeias referem frequentemente as raízes judeo-cristãs, ignorando ou reinterpretando uma presença islâmica na Europa durante séculos. Estes discursos parecem contribuir para reforçar a exclusão de grupos que são encarados como “diferentes”, “estranhos” ou simplesmente tolerados, senão recusados.

Os meios de comunicação social fazem eco deste “diferendo” tanto nas suas notícias sobre “minorias” como nas informações que dão acerca dos discursos e práticas políticos já mencionados. Esta comunicação visa apresentar sumariamente uma análise em curso da forma como os meios de comunicação produzem e reproduzem as referências à religião como modos de estabelecer “identidades não-comunicantes”. Essa análise da imprensa nacional e internacional visa encontrar pontos de comparação da relevância dada ao tema em países diferentes, uma vez que, se estes tópicos são muito importantes em muitos países europeus, parecem permanecer silenciados (ou, no mínimo, em silêncio) nos meios de comunicação portugueses. A presente comunicação visa apresentar sumariamente o enquadramento teórico do estudo e dar alguns exemplos, centrados, exclusivamente (dada a escassez de tempo!) em artigos da revista “Der Spiegel”, seleccionada pela relevância que dá a estes temas, resultante da existência de uma comunidade turca muitíssimo relevante no país, como é sabido. (Reservamos para o texto final uma apresentação comparada!)

1. O manto das representações dos outros lançados por aqueles que têm acesso a uma palavra definidora não é de agora, como bem demonstra Edward Said, na obra *Orientalismo*, o seu livro de referência (já com trinta anos, mas para o qual o autor escreveu um novo prefácio, em 2003!). Said (2004<sup>21</sup>: 356) descreve do seguinte modo o que ele considera serem os “dogmas permanentes do orientalismo”:

a) a ideia da “absoluta e sistemática diferença entre o Ocidente – racional, desenvolvido, humanitário e superior – e o Oriente – aberrante, subdesenvolvido e inferior”;

b) a ideia de que “as abstracções sobre o Oriente, especialmente as que se baseiam em textos que representam uma civilização oriental ‘clássica’, são sempre preferíveis aos casos directos extraídos das realidades orientais modernas”;

c) a ideia de que “o Oriente é eterno, uniforme e incapaz de se definir a si próprio”;

---

<sup>1</sup> Utiliza-se aqui a tradução portuguesa na sua 2ª edição.

d) e a ideia de que, “no fundo, o Oriente é algo a ser temido (...) ou algo a ser controlado (através de pacificação, investigação e desenvolvimento, ou ocupação pura e simples sempre que tal seja possível)”.

É também sabido que se discute, hoje, a existência de um “ocidentalismo”, isto é, uma espécie de “sentimento” e raciocínio simétricos ao orientalismo, tornados patentes de formas radicais em reacções contra cristãos, por exemplo, tidos como “representantes do Ocidente”, senão mesmo, mais especificamente, “dos americanos”, ou em tristes episódios como aqueles que rodearam a publicação de caricaturas de Maomé na Dinamarca ou a morte de Theo van Gogh, na Holanda.

Face a tudo isto, é importante deixar claro que não se pretende afirmar que é só “deste lado da linha” que existem “sonhos imperialistas” e que não haja tendências deste tipo “do outro lado”. Contudo, é deste lado que se situa esta análise, por isso, ela será colocada no horizonte de um questionamento do eurocentrismo na visão do mundo e de “outros mundos” presentes entre nós. Aliás, a própria designação “outros mundos” já decorre da dificuldade em sair do esquema de classificação dualista da realidade, entre “nós” e “eles”.

É impossível retomar aqui o percurso que levou ao eurocentrismo na visão do mundo, restando, por isso, apenas espaço para referir que o que importa, hoje, é, sobretudo, mapear alguns eventuais sinais ou indícios de uma mentalidade “colonial sem colónias”, ou, por outras palavras, daquilo que Aníbal Quijano (2000: 342) designa por “colonialidade”, isto é, uma epistemologia baseada na “imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular deste padrão de poder”, que “opera em todos os planos, âmbitos e dimensões materiais e subjectivas da existência social quotidiana e à escala societal”.

Esta epistemologia, no caso que aqui nos ocupa, parece traduzir-se discursivamente em duas formas de falar “dos outros”: uma delas é a estratégia da “alterização do outro”. Riggins (1997: 2) fala da existência de uma “rhetoric of othering”, isto é, de uma estratégia utilizada por aqueles que têm poder para “naturalizar” o seu discurso, transformando-o em “senso comum”. No nosso caso, isto parece não só significar uma “orientalização” dos outros, mas também a sua colocação “sob suspeita” ou o desenvolvimento de um “medo” face a ele. Com efeito, um dos dossiers da revista *Der Spiegel*<sup>2</sup> (2008), intitulado “Allah im Abendland. Der Islam und die Deutschen” (Alá na Alemanha. O Islão e os alemães), apesar de incluir uma variedade de artigos sobre as diversas realidades das comunidades de muçulmanos na Alemanha e na Europa, não resiste a colocar publicidade a um livro sobre Bin Laden na parte de dentro da capa e em utilizar o slogan “Não devemos tolerar a intolerância” (Intoleranz dürfen wir nicht tolerieren!) na primeira página, associando-o à publicidade a um livro de Mina Ahadi, uma mulher que abandonou o Islão<sup>3</sup>.

A outra estratégia da mencionada “rhetoric of othering” passa por relacionar “os outros” com uma (“outra”) religião, mesmo que, eles próprios, não se sintam ligados a ela. Com efeito, no mesmo dossier da *Der Spiegel* (2008: 26-27)<sup>4</sup>, apesar de se apresentarem estatísticas segundo as quais existem cerca de 3.1 a 3.4 milhões de muçulmanos na Alemanha, mas apenas 200 000 de entre eles são frequentadores diários de uma mesquita, 493 000, participantes na oração semanal, e 904 000, participantes nas cerimónias religiosas em dias de festa, insiste-se em dizer, logo na nota de abertura, que existem no país “mais de três milhões de seguidores de Alá” (Der Spiegel 2008: 3).

---

<sup>2</sup> Referir-se-á aqui a edição impressa. Contudo, por uma questão de facilidade de acesso aos leitores, incluir-se-ão igualmente nas referências bibliográficas os links para a edição electrónica, sempre que os artigos mencionados se encontrem disponíveis neste formato.

<sup>3</sup> Este número inclui um artigo de fundo sobre o caso. Cf. Hinrichs, in *Spiegel* (2008: 108-109).

<sup>4</sup> Dados só disponíveis na versão impressa.

A fixação do outro numa imagem à qual fica preso parece estar também patente no acórdão de uma juíza alemã, em Frankfurt (caso tratado por Bartsch, Brandt, Kaiser e al. na *Der Spiegel* 2007: 22-35) que teve de tomar uma decisão num caso de uma jovem muçulmana que queria o divórcio antes do prazo mínimo previsto pela legislação alemã, argumentando que o marido a agredia e ameaçava. A juíza decidiu não aceitar o pedido da mulher, baseando-se, para tal, na Sura 4, vers. 34 do Corão, argumentando que ela devia saber que o marido tinha sido criado num país islâmico, o que lhe dava o direito, “garantido pela sua religião”, de a castigar. Diz o texto do Corão:

Os homens são os protectores das mulheres, porque Deus dotou uns com mais (força) do que as outras, e pelo seu sustento do seu pecúlio. As boas esposas são as devotas, que guardam, na ausência (do marido), o segredo que Deus ordenou que fosse guardado. Quanto àquelas, de quem suspeitais deslealdade, admoestai-as (na primeira vez), abandonai os seus leitos (na segunda vez) e castigai-as (na terceira vez); porém, se vos obedecerem, não procureis meios contra elas.

Concentremo-nos no impacto que este caso, passado na Alemanha, teve nos *media*, nomeadamente, na *Der Spiegel*. Saiu um número, na sequência deste acontecimento, intitulado “Mekka Deutschland: Die stille Islamisierung” (“Meca Alemanha: a islamização silenciosa”) (2007) e a peça sobre o caso, da autora de Bartsch, Brandt, Kaiser e al. (*Der Spiegel* 2007: 22)<sup>5</sup>, perguntava-se logo no título: “Haben wir schon die Scharia?” (“Já temos a scharia?”). As fotografias escolhidas para acompanhar o artigo poderiam ser interpretadas à luz do conceito de “hiper-ritualização”, de Goffman (1999: 188), já que pareciam corresponder a uma estandardização, exagero e simplificação, reforçando a imagem já feita da dita “comunidade islâmica”: Kreuzberg, em Berlim, a parte “tipicamente islâmica” da cidade, um grupo de mulheres muçulmanas vestidas de forma “típica” e uma colecção de fotografias de assassinados pela fúria islâmica (*Der Spiegel* 2007, *idem*). O artigo termina com aquilo que, para evocar Said mais uma vez, poderia ser considerado uma ilustração da “teoria da simplificação semita” (2004<sup>2</sup>: 362), dizendo que há situações em que assistentes sociais mandam embora jovens que procuram o departamento da juventude, porque têm medo dos casamentos forçados, dizendo-lhes: “Porquê? Entre vocês, as coisas são mesmo assim” (*Wieso, bei euch ist das doch so*) (*Der Spiegel* 2007: 35).

2. A reacção de perplexidade (que vai do esforço por compreender o que está a acontecer, até a afirmações xenófobas anti-Islão) face a alguns acontecimentos violentos e agressivos parece provir de uma lógica da “árvore que esconde a floresta”, uma vez que toma um fenómeno minoritário como algo que esconde a “normalidade” do quotidiano da maioria dos muçulmanos na Europa. Mas também constitui um alibi para justificar uma reacção de estranheza e rejeição face àqueles que são percebidos como “diferentes de nós”.

“O outro lado da história”, o lado dos muçulmanos na Europa, é frequentemente esquecido ou sujeito a uma “hermenêutica da suspeita”, na qual “este lado” tenta desconstruir o que, aos seus olhos, constitui, alegadamente, uma forma de disfarçar tendências agressivas presumivelmente “inerentes” ao Islão. De facto, a “questão dos muçulmanos” nas sociedades ocidentais coloca o problema dos limites da modernidade, tanto como fronteiras, como enquanto “becos sem saída”. A radicalização de algumas reacções das sociedades europeias em relação a expressões públicas da religião islâmica parece estar associada, umas vezes, a uma exaltação das raízes cristãs da Europa e à consequente necessidade de as defender no espaço público, outras vezes, à radicalização do secularismo, entendido, agora, como uma arma contra “os obscurantistas do Islão”. Esta segunda tendência revela-se, entre outras coisas, no medo do retorno de expressões públicas da religião, mesclado com a reminiscência (ainda que inconsciente) de uma

---

<sup>5</sup> Só disponível em versão impressa.

compreensão cristã da identidade europeia. O debate em torno da construção de mesquitas em capitais europeias constitui um bom exemplo deste medo misto, tanto da religião como tal, como da religião de “não-europeus”. Não será por acaso que a *Der Spiegel* (2008), no dossier citado, introduz o artigo sobre a construção de mesquitas na Alemanha com a seguinte frase: “O Islão torna-se visível: as comunidades muçulmanas saem das salas de oração do fundo dos pátios e constroem mesquitas monumentais” (2008: 5). O título do artigo, propriamente dito, da autoria de Bölsche (*Der Spiegel* 2008: 73)<sup>6</sup>, é o seguinte: “As lanças dos conquistadores” (*Die Lanzen der Eroberer*). Note-se ainda que o mesmo número anuncia o artigo sobre a história do Islão na Alemanha como “A religião importada” (*Importierte Religion*) (2008:5).

Valerá a pena retomar aqui a forma como Hervieu-Léger (2006: 3) tipifica a atitude dos europeus em relação à religião. A autora fala de uma “pertença sem crença” e explica:

Esta atitude compreende uma memória distante partilhada que não necessita de uma crença partilhada, mas que – mesmo à distância – continua a orientar os reflexos colectivos em termos de identidade. Os cidadãos dinamarqueses que não acreditam em Deus e nunca vão à igreja, mas que continuam, fielmente, a pagar os impostos para a Igreja Luterana, porque gostam de ver os monumentos bem conservados, e os cidadãos franceses que são nostálgicos de uma bela liturgia na sua infância e se queixam por causa da construção de mesquitas em França, apesar de nunca porem os pés na Igreja, até que ‘os sinos dobrem’ por eles, ilustram como se pode ‘pertencer sem acreditar’, o contraponto europeu para a expansão de crenças sem pertença.

Este “pertencer sem acreditar” parece ser perfeitamente compatível com a secularização. E esta parece ser utilizada, por vezes, como um alibi para suprimir e silenciar diferenças culturais na Europa: é como se a secularização servisse projectos hegemónicos – algo paradoxal, já que ela própria, surgiu da reacção à hegemonia da Igreja! De facto, é interessante ver como a religião constitui um dos principais palcos para a reacção ocidental de suposta “preservação da identidade contra estranhos”, em sociedades supostamente secularizadas. Subitamente, o cristianismo (re)aparece como um pilar da “civilização ocidental”, diante da qual, aqueles que possuem outra religião, são colocados num não-lugar, “estranho à matriz cristã da civilização europeia”, para retomar as palavras de Bento XVI (30.03.2006), no seu discurso aos membros do Partido Popular Europeu, por ocasião da Jornada de Estudos sobre a Europa.

Tariq Ramadan põe o dedo na quase-aporia que este tipo de raciocínio coloca, ao insistir na possibilidade de ser “muçulmano europeu” e na necessidade de “estruturar uma identidade islâmico-europeia para além da crise” (1999: 101), isto é, capaz de ultrapassar a sensação de exclusão que leva a uma atitude reactiva (cf. 1999: 4). Caso contrário, se o Islão é estranho à Europa, então é impossível ser muçulmano e europeu ao mesmo tempo. E se esta afirmação se baseia numa alegada identidade religiosa europeia, nomeadamente, cristã ou pós-cristã, então, fica posto em causa o sucesso do projecto moderno de secularização (uma vez que as referências para a construção da identidade continuam a ser religiosas). Por outro lado, como podem os muçulmanos (especialmente da segunda geração) sentir-se europeus, se lhes é dito que a sua religião e a sua cultura constituem um obstáculo à possibilidade de se tornarem isso mesmo? Onde não-de encontrar os seus “círculos de identidade e de identificação”?

Estas questões desafiam a compreensão que o mundo ocidental tem de si mesmo, assim como põem em causa o paradigma moderno, como projecto de emancipação, secularização e, mais recentemente, multiculturalismo. De facto, subjacente à questão do multiculturalismo, do secularismo, da identidade europeia e/ou eurocêntrica, está aquilo que alguns autores, por

---

<sup>6</sup> Só disponível em versão impressa.

exemplo, Kaufmann, consideram ser a necessidade de “desmitologizar a modernidade” (1989: 34). Esta necessidade parece apontar para quatro pontos de uma agenda futura:

1. desconstruir a modernidade como uma teoria geral, nomeadamente, como apologia de uma racionalidade universal que exclui outras formas de racionalidade e que, em última análise, leva a uma radicalização do projecto de secularização, transformando-o num secularismo excludente da relevância pública das religiões;

2. discutir a existência ou não de uma compatibilidade entre o Islão, o Iluminismo e a secularização; esta questão leva-nos ao problema fundamental de saber se a cultura muçulmana precisa ou não de uma secularização, isto é, se os muçulmanos consideram tal necessário ou não. Algumas das reacções contra esta ideia parecem ser consequência de um processo forçado de laicização, ensaiado em alguns países muçulmanos, após a sua independência das potências coloniais ou de uma tentativa de os aproximar do Ocidente:

3. Por fim, analisar as potencialidades e os limites da modernidade num diálogo multicultural e intercultural que inclua questões e identidades religiosas num projecto de “ecologia de tradições” (também religiosas) e de projectos de futuro, que crie “uma inteligibilidade recíproca entre experiências do mundo” (Santos 2006: 114).